

VELHOS PROCESSOS, NOVOS CONTROLES: UMA ANÁLISE DO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL NOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS POPULARES FECHADOS¹

Ricardo Lopes BATISTA

Doutor em Geografia – FCT UNESP

E-mail: batista-lobes@hotmail.com

Resumo

Partindo do pressuposto de que as cidades contemporâneas experimentaram a transição da “sociedade da disciplina” (caracterizada pela disciplinarização dos corpos) para a “sociedade do controle” (caracterizada pela disciplinarização das massas), analisamos como as novas técnicas disciplinares, dentre as quais se destacam aquelas relacionadas à organização espacial (em suas múltiplas escalas), se articulam para assegurar a manutenção do poder. A insegurança torna-se dimensão central da produção do espaço urbano, ao mesmo tempo em que se amplia o acesso à habitação popular, num processo caracterizado pelo surgimento e rápida difusão de espaços residenciais populares fechados (ERPFes) que, segundo nossa hipótese, expressam e reproduzem as novas formas de controle social próprias da “sociedade do controle”. Neste artigo, adotamos a perspectiva de análise do cotidiano, priorizando as práticas espaciais dos moradores dos ERPFes em Presidente Prudente/SP e Três Lagoas/MS como forma de identificar o exercício do controle sobre estes cidadãos.

Palavras-chave: Espaços residenciais populares fechados. Controle social. Insegurança urbana. Presidente Prudente/SP. Três Lagoas/MS, Brasil.

VIEJOS PROCESOS, NUEVOS CONTROLES: UN ANÁLISIS DEL EJERCICIO DEL CONTROL SOCIAL EN LOS ESPACIOS RESIDENCIALES POPULARES CERRADOS

Resumen

Suponiendo que las ciudades contemporáneas experimentaron la transición de la "sociedad de la disciplina" (caracterizado por la disciplinarización de los cuerpos) a la "sociedad de control" (caracterizado por la disciplinarización de las masas), analizamos cómo las nuevas técnicas disciplinarias, entre las que destacan las relacionadas con la organización espacial (en sus múltiples escalas), se articulan para garantizar el mantenimiento del poder. La inseguridad se convierte en la dimensión central de la producción del espacio urbano, al mismo tiempo que expande el acceso a la vivienda popular, un proceso que se caracteriza por la aparición y rápida propagación de los espacios residenciales populares cerrados (ERPFes) que, según nuestra hipótesis, expresan y reproducen nuevas formas de control social propia de la "sociedad de control". En este artículo, adoptamos la perspectiva de análisis de la rutina, dando prioridad a las prácticas espaciales de los residentes de los ERPFes en Presidente Prudente/SP y Três Lagoas/MS como una forma de identificar el ejercicio del control sobre estos habitantes de la ciudad.

Palabras clave: Espacios residenciales populares cerrados. Control social. Inseguridad urbana. Presidente Prudente/SP. Três Lagoas/MS, Brasil.

OLD CONTROLS, NEW PROCESSES: THE SOCIAL CONTROL EXERCISE ANALYSIS IN POPULAR RESIDENTIAL SPACES CLOSED

Abstract

Assuming that contemporary cities experienced the transition from the “disciplinary society” (characterized by the bodies disciplining) to the "society of control" (characterized by disciplining the masses). We analyzed the way in which new disciplinary techniques, among which stand out those related to the spatial organization (in its multiple scales), are articulated to securing power. Insecurity becomes an increasingly important urban space production dimension, while improving access to popular housing, in a process characterized by the popular residential spaces closed (ERPFes) emergence and rapid spread which, according our hypothesis, express and reproduce new

¹ Artigo produzido a partir da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, com apoio financeiro da FAPESP.

social forms control typical of the "society of control". In this article, we adopted the routine analytical perspective, we focus our the spatial practices of the residents on ERPFEs in Presidente Prudente/SP and Três Lagoas/MS in order to identify the exercise control on the daily residents lives .

Keywords: Popular residential spaces closed. Social control. Urban insecurity. Presidente Prudente/SP. Três Lagoas/MS, Brazil

1. Introdução

A historicidade da produção espacial, em seus aspectos mais gerais, revela mudanças na estrutura social que podem ser observadas por meio dos sujeitos que dão vida a cidade, identificados em nossa pesquisa como cidadãos. Neste sentido, realizamos uma análise da produção do espaço em contextos não metropolitanos - e mais especificamente sobre os processos e as formas de controle nas cidades - através da investigação da reprodução cotidiana dos cidadãos.

Uma das perspectivas mais importantes a ser considerada diz respeito à mudança nas formas do controle social que, para Foucault (2008a e 2008b), deixou de se reproduzir pela disciplinarização dos corpos (sociedade da disciplina), incorporando novas técnicas disciplinares com uma proposta de controle mais ampla, não sendo o corpo mais o centro da vigilância, mas sim a coletividade (sociedade do controle).

O exercício do poder e do controle nas sociedades modernas se faz através da manipulação de novas ferramentas disciplinares, sendo corroborado em nossa pesquisa o pressuposto de que o controle social se concretiza, não apenas, mas, sobretudo, a partir da organização espacial e das novas relações entre as tipologias espaciais urbanas e as práticas dos cidadãos.

Investigar o cotidiano dos cidadãos nos permitiu compreender os processos desencadeados na reprodução do espaço urbano e sua influência sobre seu posicionamento político e espacial, que tem indicado uma tendência a novas estratégias de separação entre as diferentes classes sociais, inicialmente, mas também com indícios de novas separações entre sujeitos pertencentes à mesma classe social.

Verificamos que processos urbanos como o de “segregação e autosegregação” (CORRÊA, 1993), de “fragmentação socioespacial” (SPOSITO E GÓES, 2013), de “estranhamento à cidade” (CARLOS, 2007) e de “desvalorização do espaço público” (DAVIS, 2009) se intensificaram a partir da segunda metade do século XIX, contribuindo para a formação de uma sociedade caracterizada pelo “individualismo” (BAUMAN, 2007).

O controle é, portanto, instrumentalizado e a intensificação de seu exercício exige a

elaboração de um discurso que naturalize suas ações sobre os cidadãos, formulando uma biopolítica capaz de legitimar a manutenção do poder. Propomos a hipótese de que o discurso biopolítico da sociedade contemporânea é o da insegurança urbana, que se dissemina tanto pela “fala do crime” (CALDEIRA, 2000), quanto pela “linguagem da violência” (MACHADO DA SILVA, 2010), num processo que levou Haesbaert (2014) a caracterizar a transição da “sociedade da disciplina” para a “sociedade de segurança”.

Pautando nossas análises na produção residencial do espaço, elegemos como objeto de pesquisa, os espaços residenciais populares fechados (ERPFEs) implantados em Presidente Prudente/SP e Três Lagoas/MS, com o objetivo geral de contribuir com a compreensão da cidade atual em sua complexidade. Assim, ao analisar as recentes transformações urbanas e sua relação com as mudanças nas estratégias do controle social, buscamos compreender como a atual organização do espaço urbano vem alterando o cotidiano dos cidadãos, em particular, dos moradores dos ERPFEs.

Buscando investigar as novas formas de controle e os sistemas simbólicos envolvidos em seu processo de naturalização, incorporamos em nossa pesquisa uma série de procedimentos metodológicos que viabilizassem a profundidade analítica necessária para a compreensão das novas práticas cotidianas dos cidadãos residentes nos ERPFEs.

A perspectiva de análise foi a do cotidiano, justamente por permitir tornar inteligível a “desconstrução das cidades, sendo necessário mudar de escala para realizar uma aproximação do fenômeno observado e buscar o ponto de vista do habitante” (LINDÓN, 2006, p. 19). No entanto, é importante esclarecer que não focamos apenas na análise subjetiva dos sujeitos, como sugeriu Lindón (2005), mas na articulação entre as lógicas econômicas e as práticas espaciais dos cidadãos, aproximando-nos assim, da metodologia aplicada por Spósito e Góes (2013).

Este artigo se desdobra em dois eixos temáticos fundamentais, o primeiro versa sobre as mudanças nas práticas espaciais dos cidadãos, decorrentes dos processos de reestruturação urbana e da cidade que os têm conduzido a práticas individualistas, como a busca individual por segurança, tratada na sociedade contemporânea como medida de prevenção à insegurança urbana, cujo discurso ganha centralidade nos debates políticos e cotidianos. O segundo, pautado no pressuposto de que vivemos em uma sociedade cujos princípios *benthamianos* foram amplamente incorporados ao processo de produção do espaço urbano, sobretudo o residencial, visa à apresentação de resultados de pesquisa que comprovam o exercício do controle social através da organização do espaço, sendo observada através do cotidiano dos moradores dos ERPFEs, a sofisticação das técnicas disciplinares.

2. As transformações do espaço urbano e o surgimento de novos modelos de moradia

Uma interessante via para compreendermos a produção dos ERPFEs se dá a luz das interpretações de Capel (2005) sobre o modelo de difusão da moradia. Para o autor, é possível afirmar que a difusão social dos modelos e estilos das habitações foi produzida de “cima para baixo”, de modo que as moradias dos grupos privilegiados foram incorporando inovações e refinamentos que logo foram difundidos a outros grupos sociais. “As formas construtivas, a organização das moradias e o mobiliário da aristocracia foram imitados normalmente da alta burguesia, pela média e finalmente chegou às classes populares, especialmente a partir da segunda metade do século XIX” (CAPEL, 2005, p. 109).

Em nossas análises sobre os ERPFEs e levando em conta as limitações econômicas de seus moradores, a imitação, ou sua tentativa, assenta-se na incorporação do modelo condominial. Isso implica na adesão ao conceito do fechamento interposto pelos espaços residenciais fechados que, de acordo com inúmeras pesquisas (CALDEIRA, 2000; SPOSITO E GÓES, 2013, por exemplo), pauta-se, para além dos discursos imobiliários de oferta de segurança, na ideia de separação social e de atribuição de *status* a seus moradores.

A entrevista realizada com o Senhor Roberto², funcionário e representante da EMBRASCOP³ em Três Lagoas, forneceu um ponto de partida para essa interpretação, por sugerir que os ERPFEs foram construídos para proporcionar um estilo de vida semelhante aos vivenciados pelas classes médias e altas.

[Porque a empresa resolveu lançar o residencial Alpha com base no modelo condominial?].

Por que na época já se via condomínios como este e o pobre nunca teve condições de morar em um condomínio fechado, então resolvemos lançar este condomínio para que as pessoas da classe média baixa possam também residir em um condomínio fechado. Isso foi um diferencial. Quando a gente lança um empreendimento não devemos pensar apenas no lucro, temos que pensar no bem estar das pessoas também. (Roberto, 54 anos, corretor de imóveis, Residencial Espanha, Três Lagoas)

Mas a proposta das construtoras de implementar conjuntos residenciais populares com base no modelo condominial também tem, entre suas intencionalidades, o interesse de explorar um mercado em expansão, sobretudo, nas últimas décadas, que acompanha as transformações ocorridas

² Foram conferidos nomes fictícios aos entrevistados.

³ Empresa responsável pela construção de dois ERPFEs em Três Lagoas/MS, os residenciais Espanha e Alpha. O entrevistado é funcionário desta empresa desde 1998.

no espaço urbano.

Este pressuposto ganha força à medida que observamos o fortalecimento de processos como a segregação ou a fragmentação socioespacial, que tem conduzido grande parte dos cidadãos a práticas espaciais como a autosegregação, ou seja, a práticas de distanciamento social, proposto inicialmente por famílias pertencentes aos segmentos de renda alta, isolando-se em moradias edificadas no interior dos espaços residenciais fechados (CORRÊA, 1993).

Os significados conferidos aos espaços apropriados pelas diversas classes sociais são dimensão importante das mudanças nos processos de produção do espaço urbano. Nesse sentido, direcionamos nosso foco analítico para o estranhamento à cidade (CARLOS, 2007) e a desvalorização do espaço público (CALDEIRA 2000; SOBARZO, 2004; SERPA, 2014), sem perder de vista que não são processos mutuamente excludentes, podendo ocorrer simultaneamente no espaço urbano.

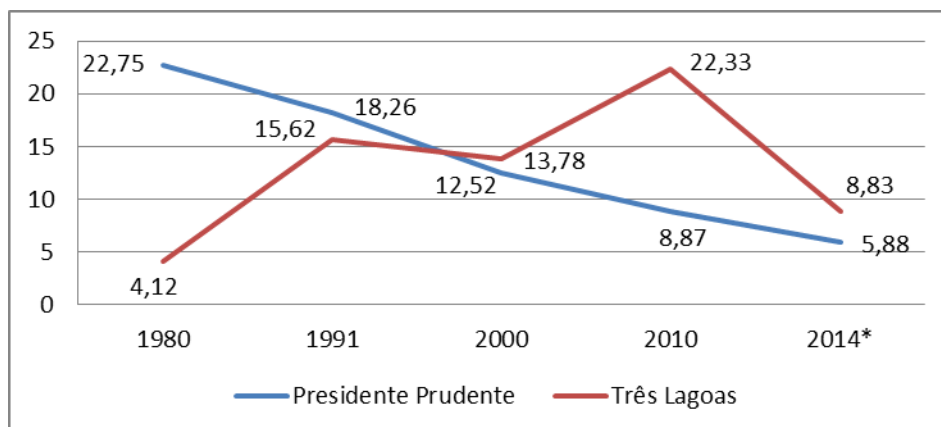
O estranhamento à cidade nos conduz a compreensão dos elementos que levam ao processo de estranhamento ao “outro” (desconhecido). Seu desencadeamento se dá em reação às intensas transformações no espaço urbano. Analisando a metrópole de São Paulo, Carlos (2007) afirma que o processo de mundialização do espaço, ou de globalização (SANTOS, 2008), incorreu na fragmentação de suas formas de apropriação (trabalho, lazer, moradia, consumo). Assim o espaço fragmenta-se em espaços separados, parcelas fixas, como consequência de uma atividade parcelada fundada no trabalho abstrato. Essa fragmentação produz um constante movimento de atração-expulsão da população do centro para a periferia e vice-versa. Produz também uma multiplicidade de centros que tende a dissipar a consciência urbana na medida em que o habitar a metrópole, na atualidade, tem um sentido diverso, mudando hábitos e comportamentos, bem como formas de apropriação do espaço público, além de estimular a dissolução de antigos modos de vida e de relações entre as pessoas. Com isto transforma-se constantemente o lugar, e produz-se o estranhamento do lugar através da perda das referências (CARLOS, 2007, p. 36).

Como consequência o estranhamento do indivíduo diante do produto, a normatização das relações sociais, desencantamento do mundo, rarefação dos lugares destinados às festas. A vida urbana impõe conflitos e confrontos e o processo de fragmentação aparece como justaposição de atividades parcelares cujo conjunto escapa ao indivíduo. Em decorrência, a produção de um cotidiano onde a vida aparece atomizada, ao mesmo tempo que super organizada. Campo da auto-regulação voluntária e planejada, o cotidiano aparece enquanto construção da sociedade, que se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada; preenchido por repressões e coações. (CARLOS, 2007, p. 37)

Apesar de a autora levar em conta as transformações ocorridas nos espaços urbanos metropolitanos, podemos afirmar que esta análise pode ser estendida às cidades de porte médio e pequenas. Neste sentido, o processo de reestruturação urbana verificado nas cidades de Presidente Prudente e Três Lagoas, é uma importante comprovação de que a paisagem urbana destas cidades vem sendo transformada, alterando, por sua vez, as práticas cotidianas de seus habitantes.

As rupturas que conduziram aos processos de reestruturação urbana em ambas as cidades sinalizaram novas dinâmicas. Dentre o conjunto de mudanças que ocorreram nestas cidades, nos centramos, por hora, no aumento populacional que impactou diretamente a produção de seus respectivos espaços urbanos.

Gráfico 1: Taxa linear de crescimento populacional em Presidente Prudente e Três Lagoas – 1980 a 2014



Fonte: IBGE – Censos demográficos entre os anos de 1980, 1991, 2000, 2010.

* Estimativa disponibilizada pelo IBGE/Cidades.

Observa-se que a taxa geométrica de crescimento populacional de Presidente Prudente, embora positiva, apresenta índices decrescentes mais intensos entre o período de 1980 a 2000, enquanto a cidade de Três Lagoas apresenta índices crescentes para o mesmo período. Este posicionamento gráfico sinaliza distinções espaço-temporais vivenciadas em ambas as cidades, demonstrando que o processo de reestruturação urbana (escala interurbana) e da cidade (intraurbana) de Presidente Prudente ocorreu com mais intensidade na primeira metade do século XX, enquanto que em Três Lagoas, esse processo ocorreu somente após a segunda metade do século XX, com ênfase no período de 2000 a 2010, com a chegada de grandes indústrias no município, caracterizando o processo de reestruturação produtiva.

De 2010 a 2014 observam-se dados antagônicos, sendo possível constatar uma

desaceleração da queda do crescimento populacional para o caso prudentino e uma aceleração da queda para o caso três-lagoense. As novas reconfigurações da malha rodoviária que conectam as cidades do Oeste Paulista, como a duplicação da Rodovia Raposo Tavares (SP 270), podem ser um dos fatores dessa tendência para o caso de Presidente Prudente. Por outro lado, a finalização da construção das grandes indústrias instaladas no município de Três Lagoas, vem reduzindo a quantidade de postos de trabalho, sobretudo de empresas terceirizadas e prestadoras de serviço. Destacamos também as demissões em massa praticadas no mês de outubro de 2014 pelas empresas que compõem o consórcio UFN3 (responsável pela construção da fábrica de fertilizantes da Petrobrás).

Para além das dinâmicas das taxas de crescimento populacional apresentadas pelas cidades estudadas, verificamos que seu índice numérico se manteve positivo, ou seja, houve, em maior ou menor proporção, um aumento populacional em ambas as cidades.

Neste contexto, o fluxo imigratório tornou-se muito importante para explicar o crescimento populacional das cidades brasileiras, que na primeira metade do século XX se concentrou nas grandes cidades, mas em decorrência do processo de flexibilização do capital foi possível observar a desconcentração industrial, que fez com que o fluxo imigratório se adensasse nas cidades de porte médio e pequenas.

Retomando o crescimento apresentado pelas cidades de Presidente Prudente e Três Lagoas, verificamos que em períodos diferentes, a imigração foi um importante fenômeno. Toda essa discussão fundamenta o fato de que o aumento populacional das cidades estudadas foi fortemente impulsionado pela chegada de “estranhos”, de pessoas desconhecidas que vieram em busca de melhores condições de vida, promovendo rápidas e intensas transformações no espaço urbano destas cidades, que podem ter contribuído com os processos de estranhamento à cidade e de desvalorização do espaço público.

De acordo com Serpa, o espaço público na cidade contemporânea passa por processos homogeneizantes que deturpam seu sentido intrínseco que é justamente o da experiência da heterogeneidade social. São exemplares os casos dos parques públicos, entendidos como “cenários, destinados à fascinação dos futuros usuários, transformando-os em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhe algum conteúdo e significado” (SERPA, 2014, p. 37).

Para o autor, está em curso uma evidente diferenciação quanto à produção dos espaços públicos nas cidades contemporâneas que tem implicações no seu significado. Há aqueles produzidos para o uso dos cidadãos pertencentes às classes sociais de renda média e alta e os

destinados aos segmentos populares. Quanto aos primeiros, tendem a ser “espaços públicos visíveis” (SERPA, 2014, p. 26), com uma arquitetura refinada, por vezes assinada por arquitetos renomados, tendência ao “gigantismo” e ao “grande espetáculo”, que mais do que possibilitar a interação social, visa a valorização imobiliária, além da imposição de barreiras (físicas e simbólicas) e de mecanismos de controle social. No segundo caso, o autor identifica espaços públicos depredados, mal conservados e em casos mais específicos com uma tendência à privatização de espaços livres de uso coletivo, como a construção de muros que causam constrangimentos ao passeio público.

Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre os territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível a todos. (SERPA, 2014, p. 36)

Pode-se afirmar, portanto, que a organização espacial dos cidadãos se revela de modo hierarquizado, presumindo uma participação desigual, onde o espaço público é associado à subversão e negatividade, aparecendo mais como possibilidade do que realidade presente, revelando o encolhimento da esfera pública no mundo moderno e a expansão da esfera privada (CARLOS, 2011, p. 135).

Caldeira (2000) alerta que foi justamente neste contexto de intensas transformações do espaço urbano que foram produzidos os primeiros “enclaves fortificados”, destinados aos segmentos de renda alta. Neles foram introduzidos equipamentos de segurança que são, em sua grande maioria, tão sofisticados quanto possível, o que, além das barreiras físicas (muros), garante (ou tenta garantir) a impenetrabilidade de pessoas não autorizadas, através de cercas eletrificadas, sistemas de monitoramento eletrônico, alarmes e sirenes que acionam a qualquer tentativa de transposição.

Neste sentido, comprovamos nossa hipótese de que as mudanças estabelecidas no espaço urbano possibilitaram o aparecimento de novos modelos de moradia, que incorporam mecanismos de diferenciação social, os quais têm passado por um processo de aceitação por todos os segmentos sociais, legitimando-se com base em discursos, especialmente sobre a insegurança urbana.

Pesquisas mais recentes acerca dos espaços residenciais fechados complementam as proposições de Caldeira (2000), revelando que “o lançamento destes novos produtos imobiliários,

na perspectiva dos agentes interessados em sua comercialização e a partir da visão dos que escolhem esses espaços para habitar, apoia-se, em grande medida, na ideia de que há um aumento generalizado do ‘perigo’, do ‘medo’ e da violência urbana” (SPOSITO E GOES, 2013, p. 7).

Em sentido mais amplo, Curbet (2007, p. 142) argumenta que a segurança se converteu em um dos elementos cruciais para a tomada de decisões sobre a construção dos novos espaços residenciais nas cidades,

não é necessário dar muitas voltas para concluir que, a segurança, vem assumindo um papel de primeira ordem quanto à produção atual do espaço urbano, assim como seu caráter socialmente segregado. [...] Tudo parece indicar que estamos entrando em uma nova fase de urbanização em que muitos cidadãos têm aceitado a conveniência de garantir, individualmente, a própria segurança.

Buscando aprofundar a análise sobre os processos que conduzem os cidadãos a tomada de decisões individuais, corroboramos a premissa de que está em curso um processo de troca de identidade, assim, no lugar do cidadão, surgiu um consumidor que aceita ser chamado de usuário. Embora esse seja um processo amplo, tal relação se acentuou devido a particularidades da realidade brasileira, como, por exemplo, “a desruralização, as migrações brutais, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a instalação de um regime repressivo que suprime os direitos elementares dos indivíduos” (SANTOS, 1987, p. 13).

A transformação dos cidadãos em consumidores evidencia mudanças em suas práticas espaciais que ocorrem em escala global, conferindo centralidade às ações individuais, de modo que a “responsabilidade em resolver os dilemas gerados por circunstâncias voláteis e constantemente instáveis é jogada sobre os ombros dos indivíduos – dos quais se espera que sejam *‘free-chooser’* e suporte plenamente as consequências de suas escolhas” (BAUMAN, 2007, p.10).

Compreende-se assim, que uma importante conquista da modernidade foi “fragmentar a vida cotidiana, separando-a em espaços-tempos definidos e recortados, com funções específicas que apontam a condição objetiva do ser humano cindido e envolto no individualismo, preso ao mundo da mercadoria” (CARLOS, 2011, p. 134).

O espaço urbano brasileiro vem passando por profundas transformações, alterando a dinâmica das cidades, sua morfologia, ressignificando os espaços (públicos e privados) e, acima de tudo, as práticas espaciais dos cidadãos. De acordo com Serpa (2014, p. 35), “caminhamos para a consagração do individualismo como modo de vida ideal, em detrimento de um coletivo cada vez mais decadente”.

As transformações socioespaciais conduziram os cidadãos ao processo de individualização da tomada de decisões que, para Baudrillard (2007, p. 14), se deu porque “vivemos o tempo dos objetos”, afirmando o autor que existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com sua sucessão permanente. Novamente voltamos à definição dos cidadãos enquanto consumidores, caracterizando uma sociedade que se reproduz com base no consumo e ocorre em escala global.

Retomando o que foi exposto, compreendemos que os espaços residenciais fechados foram produzidos a partir das demandas que emergiram com as transformações ocorridas no espaço urbano, associadas a processos como o estranhamento à cidade e a desvalorização do espaço público. Neste contexto e a partir da contribuição de Capel (2005) sobre a imitação das tipologias arquitetônicas das classes mais abastadas pelas de menor renda, compreendemos que os agentes envolvidos na produção dos ERPFEs buscaram incorporar o conceito de fechamento e o discurso simbólico que o envolve, gerando nos compradores, uma expectativa sobre a segurança, como apresentado nos trechos de entrevistas abaixo:

[Porque o senhor decidiu comprar uma casa em um residencial fechado?]
Por causa da segurança. É porque eu não sei se isso é uma realidade ou se é uma falsa ilusão, mas me sinto mais protegido aqui dentro do condomínio.
(Alberto, 55 anos, mecânico, Residencial Alpha, Três Lagoas)

Na verdade a gente busca um condomínio, hoje, por causa da segurança. Aqui nós temos mais liberdade para andarmos pelas ruas, porque elas são controladas, não é como lá fora. [O senhor considera Presidente Prudente uma cidade violenta?] Não, mas ela tende a ficar, igual à cidade de São Paulo. [Por que o senhor acha que Presidente Prudente ficará violenta?]
Porque seu processo de crescimento está sendo muito rápido e, além disso, foram construídos muitos presídios na região, isso faz com que as famílias dos presidiários venham para cá. Nossa cidade ainda não está violenta, mas a tendência é que a cidade se torne uma grande São Paulo, sei que comparar São Paulo a Presidente Prudente não é correto, mas acredito que ela está se encaminhando para isso. [...] Presidente Prudente já é um polo regional.
(Murilo, 32 anos, contador, Residencial Vista do Vale, Presidente Prudente)

Com base nos trechos das entrevistas, compreendemos que a insegurança se difunde pelo espaço urbano, gerando a sensação de que as cidades tendem a se tornar cada vez mais inseguras. Os argumentos utilizados pelo Senhor Murilo são exemplares neste sentido. Para ele, há uma relação direta entre crescimento urbano e insegurança, o que pressupõe - mesmo que de forma implícita - que o poder público não é capaz de acompanhar o desenvolvimento da cidade, gerando assim, problemas que afetam a segurança dos cidadãos. Outro fator de insegurança identificado pelo Senhor Murilo foi a construção de um complexo penitenciário na região administrativa de

Presidente Prudente. Segundo sua opinião, o maior problema se dá pela atração dos familiares dos internos no sistema penitenciário.

De fato, o que temos acompanhado é a emergência de um discurso pautado na falta de segurança dos espaços urbanos que tem contribuído para a naturalização de concepções distorcidas a respeito do desenvolvimento urbano. A interpretação apresentada pelo Senhor Murilo (e ratificada por outros moradores entrevistados) de que há uma relação direta entre crescimento urbano e aumento da violência, o induz a pensar em uma evolução das cidades em que a metrópole paulista se apresenta como o ápice (o ponto crítico) e as demais cidades, à proporção que aumentam, demográfica e espacialmente, vão se aproximando de tal ápice. Desse ponto de vista, é uma questão de tempo para que as cidades de porte médio compartilhem os problemas das grandes cidades.

A mídia é um importante agente na difusão de matérias sensacionalistas que conduzem os cidadãos a redefinições de suas práticas espaciais. A constante divulgação de crimes violentos e sua exacerbação no cotidiano dos cidadãos têm reflexos que vão além do lucro obtido por sua exploração midiática, envolvendo aspectos econômicos, políticos, sociais e, muitas vezes, ideológicos, que influenciam na produção do espaço urbano (DAMMERT, 2007, p. 87). Não obstante, e tratando especificamente sobre o caso brasileiro, Caldeira (2000, p. 302-308) fornece uma importante contribuição acerca da relação entre mudança política e forma urbana, levando em conta o processo de democratização brasileiro, ocorrido nos 1980, cujas mudanças políticas provocaram o distanciamento das classes sociais, estimulado pela busca por novos mecanismos de diferenciação. “Desta perspectiva, a violência urbana seria um ‘bode expiatório’ ou um pretexto para a opção por residir em espaços residenciais fechados” (GÓES e SPOSITO, 2014, p. 8).

Com base na análise das novas dinâmicas da produção do espaço urbano de Presidente Prudente e Três Lagoas e das mudanças nas práticas cotidianas dos cidadãos, comprovamos nossa hipótese de que esses novos processos associados à ampliação do acesso aos sistemas de financiamentos imobiliários contribuíram para o aumento do consumo de espaços residenciais populares fechados, tendo em vista o significativo sucesso de venda dos residenciais lançados em ambas as cidades.

Retomando a perspectiva do controle social, tratamos no próximo item da incorporação dos sistemas *benthamianos* na produção residencial do espaço, fazendo uma análise do exercício do controle sobre os moradores dos ERPFEs.

3. A sociedade *benthamiana* e o controle nos espaços residenciais populares fechados

Jeremy Bentham (1748-1832) foi um filósofo e reformador social britânico que publicou em 1787 uma série de textos nos quais propunha um novo tipo de prisão, que nunca chegou a ser construído, mas que teve grande influência na produção espacial moderna, incorporando princípios de vigilância e de controle que foram amplamente difundidos, adotados e naturalizados.

Bentham (1987)⁴ propôs a construção de uma casa penitenciária, com uma tipologia circular, sendo duas construções encaixadas uma sobre a outra. As celas correspondiam à construção da circunferência com uma altura de seis andares, sendo projetadas celas abertas ao lado de dentro, contendo uma grade de ferro mais espaçada que permitiria a visualização do que se passa em seu interior. Uma galeria em cada andar permite a comunicação e cada cela possui uma porta que se abre para esta galeria. Uma torre ocupa o centro, é o posto dos inspetores, no entanto, esta torre se divide em apenas três andares, sendo dispostos de maneira que cada posto domine a observação de dois andares de celas. A torre de inspeção é cercada por uma galeria coberta por uma espécie de grade adaptada à abertura de uma janela (persiana) transparente que permite ao inspetor ver as celas e o que o impede de ser visto. “Essa casa de penitenciária será chamada *panóptico*, para expressar, com uma só palavra, sua vantagem essencial, a faculdade de ver, com um olhar, tudo o que aí se passa” (BENTHAM, 1987, p. 202).

O *panóptico* proposto por Bentham foi idealizado a partir de uma fábrica têxtil circular, construída por seu irmão Samuel, na Rússia, e que teria a finalidade de controlar seus trabalhadores (CAPEL, 2005), mas um modelo de “visibilidade isolante”, antecessor ao *panóptico*, foi colocado em prática nos dormitórios da Escola Militar de Paris, em 1751 (FOUCAULT, 2007, p.210). Cada aluno ocupava uma cela envidraçada onde ele podia ser visto durante a noite, de modo a não permitir o contato com seus colegas ou com os empregados, evitando assim a pederastia⁵ e o contato íntimo entre militares de patentes diferentes.

Embora o *panóptico* fosse um projeto arquitetônico destinado inicialmente a penitenciárias, sua inspiração nasce a partir da observação das instituições (fábrica e colégio militar), nas quais o controle dos funcionários ou internos tem papel central. Por sua vez, a afirmação de Bentham (1987, p. 228) sobre os princípios inerentes ao *panóptico* nos dá clareza de sua abrangência e capacidade de aplicação, em um primeiro momento às instituições, mas que pode se estender a outros espaços.

A aplicação deste princípio geral em todos os caos em que muitos devem

⁴ Trata-se de uma carta de Jeremy Bentham enviada ao deputado da Assembleia Nacional, M. J. Ph. Garran, publicada em 1791, a qual foi traduzida para a língua portuguesa e republicada pela Revista Brasileira de História em 1987.

⁵ Relação homossexual entre dois militares, descrita no Código Penal Militar como crime.

estar sob a inspeção de poucos, seja pela simples detenção de pessoas acusadas, seja pela punição dos culpados, seja para a reforma dos maus, seja para forçar o trabalho dos preguiçosos, seja para facilitar o tratamento dos doentes, seja para tornar fácil o ensino ou levar o poder de educação a um tal ponto até o presente inconcebível.

O *panoptismo* pode ser considerado um dos processos que tem ocupado papel central nas relações sociais contemporâneas - pelo menos nas sociedades ocidentais. Não por acaso, foi objeto da investigação de Michel Foucault em diversas obras, que por, sua vez, influenciou a pesquisa de vários autores (MAIA, 1995; CAPEL, 2005; CORTÉS, 2008; HAESBAERT, 2014, entre muitos outros).

O que encontramos em comum na literatura sobre o *panóptico*, sobretudo naquela em que a influência *foucaultiana* é mais evidente, é justamente o centro de sua fundamentação, qual seja, o controle sobre os corpos institucionalizados, nos levando a compreensão de que o controle assegurado pelo *panóptico* incorpora elementos subjetivos e objetivos, dos quais os primeiros se sobrepõem aos segundos.

A objetividade do *panóptico* está na eficiência de seu projeto arquitetônico, que dispunha de técnicas construtivas de segurança (internas e externas) que evitavam, ao mesmo tempo, que os prisioneiros fugissem de suas celas ou atacassem a torre central, ocupada pelos inspetores. Reduzia ainda a possibilidade de ataques externos, com a construção de barreiras (muros), viabilizando assim, um controle sobre o acesso ao interior do sistema prisional. No entanto, a maior carga encontra-se nos elementos subjetivos, tendo como baluarte a ideia de uma vigilância constante, presumindo quase que uma “onipresença” do olhar dos inspetores sobre os detentos. Tem-se aí uma ideia de economia política de segurança, cujo “olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violência física, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá essa vigilância sobre e contra si mesmo” (FOUCAULT, 2007, p. 218).

É importante esclarecer que, embora tenhamos sugerido uma separação analítica dos elementos subjetivos e objetivos que envolvem a estruturação do *panóptico*, tais elementos devem ser analisados enquanto uma combinação de fatores que garantem a eficiência do processo. A análise sobre o *panóptico* é especialmente importante, porque permite, sobretudo, compreender como se age sobre as condutas. Trata-se da imposição de princípios introduzidos a partir do século XVIII que começaram a ser aplicados também nas cidades, através da vigilância e da classificação que buscam tornar transparente o tecido urbano (CAPEL, 2005). Os agentes interessados na produção do espaço têm incorporado novos componentes sociais a esses princípios, segmentando a

apropriação da terra (dividindo e hierarquizando o espaço) e contribuindo diretamente para a segregação e, em alguns casos, para a fragmentação socioespacial.

É neste contexto que a ampliação de mecanismos de controle e vigilância remete diretamente a reprodução do *panoptismo* nos espaços urbanos, através da profusão de câmeras em espaços de uso coletivo, como *shopping centers* e outros espaços de consumo e lazer do mesmo tipo, assim como em bancos e grandes lojas, no entanto, são nos espaços residenciais fechados voltados às elites e segmentos médios que tais mecanismos vêm sendo amplamente utilizados, incorporando os elementos subjetivos e objetivos do *panóptico*, que se realizam através de estratégias de separação social (evitando o “outro”), justificadas pela busca individual por segurança.

Pesquisas realizadas nos espaços residenciais fechados (CALDEIRA, 2000; CATALÃO, 2013; DAL POZZO, 2011; SPOSITO e GÓES, 2013) revelam suas estratégias de contenção, direcionando a vigilância e o controle aos não moradores (trabalhadores domésticos, entregadores de mercadorias, prestadores de serviço, etc.). Por sua vez, a estrutura *panóptica* desses espaços atribui aos seus moradores, o papel de “inspetores chefes”, os quais exercem a vigilância e a fiscalização sobre os “inspetores” (representados pelos profissionais contratados para o serviço de vigilância), que direcionam o “olhar vigilante” aos não moradores, reduzindo drasticamente a possibilidade dos encontros espontâneos no interior desses espaços.

Nos espaços residenciais populares fechados que pesquisamos, o controle apresenta outra dinâmica. A hipótese que norteia este artigo é a de que, nos ERPFs, a vigilância e o controle direcionam-se para os próprios moradores. A combinação entre a tipologia arquitetônica e os elementos simbólicos (que convergem para a observação constante) é uma tentativa de “adestramento social” – modelando-os e reconduzindo suas práticas espaciais.

Considerando que a organização espacial das residências no interior dos ERPFs não é neutra e interfere no cotidiano de seus moradores, temos observado que estes espaços residenciais constituem-se enquanto sofisticação das técnicas disciplinares de vigilância, ou seja, “como um conjunto disciplinar que viceja sob os organismos de segurança para fazê-los funcionar” (FOUCAULT 2008a, p. 11). Levando em conta a incorporação dos princípios do *panóptico* na produção do espaço urbano contemporâneo, Cortés (2008, p. 42) entende que se tem cada vez mais, projetado formas arquitetônicas, cujos projetos espaciais são responsáveis pela “observação e espionagem; uma arquitetura vigilante que tem objetivos disciplinares e que institucionaliza a tecnologia do poder com o objetivo de reprimir os indivíduos, fabricar corpos submissos e adestrados – e de impor o silêncio”.

Não é desimportante o fato de termos encontrado formas de controle mais diretas nos Residenciais Bela Vista e Vista do Vale (ambos em Presidente Prudente). A proposta de instalação de câmeras de vigilância nestes residenciais é indício evidente do controle sobre os próprios moradores. No Residencial Bela Vista, onde o sistema de monitoramento já foi implantado, verificamos *in locu* que em pontos estratégicos, o direcionamento das câmeras voltou-se para o interior do residencial (FIG. 1), permitindo o controle de determinadas práticas dos moradores, especialmente as relacionadas ao lazer.



FIGURA 1: Sistema de monitoramento por câmeras no Residencial Bela Vista (Presidente Prudente, 17/12/2014) – Destaque para as câmeras na guarita de entrada voltadas para o quiosque, onde são realizadas confraternizações entre os moradores.

A entrevista realizada com o Senhor Jair, antigo síndico do Residencial Vista do Vale, fornece elementos ainda mais consistentes sobre os objetivos da instalação de câmeras de vigilância nos ERPFs, voltadas para o seu interior.

[Quais os equipamentos de segurança deste residencial?] Cerca elétrica, concertina... [O senhor tem ideia do valor que foi gasto?] Entre concertina e cerca elétrica foram gastos uns quarenta mil reais. [Tem câmeras de vigilância neste residencial?] **Ainda não, mas é o próximo passo, nós vamos mudar a portaria e assim que terminar, vamos colocar as câmeras.** [O senhor adota medidas de segurança em sua casa?] Sim, os

muros foram todos erguidos, as portas e as janelas estão sempre trancadas. [Porque o senhor toma essas medidas em sua casa?] Aqui a gente tem duzentos moradores, ou melhor, duzentas unidades habitacionais, são na verdade cento e noventa e nove casas, cada casa têm mais de um morador, a gente não conhece todo mundo que está aqui dentro, a índole dos que estão aqui dentro. [O senhor disse que vão ser instaladas câmeras aqui, eu gostaria de saber se elas serão direcionadas para a rua ou para o interior do condomínio.] **Mais para o interior, se alguém entrar no condomínio, a gente vai ter um controle, e também poderemos controlar os próprios moradores.** [A intensão é controlar os moradores?] **Também, não só, mas cinquenta por cento, digamos assim.** (Jair, 40 anos, bioquímico, Residencial Bela Vista, Presidente Prudente – grifo nosso)

Embora as novas técnicas disciplinares se apresentem de forma mais nítida, o exercício do poder inerente a elas não é aparente, justamente porque a “sociedade do controle” (FOUCAULT, 2008a) ou a “sociedade de segurança” (HAESBAERT, 2014) não se caracteriza pela sofisticação das técnicas disciplinares, que são apenas ferramentas; mas caracteriza-se pelas mudanças no exercício do poder que tem se apropriado do controle e da vigilância para garantir a sua manutenção. Não obstante, Raffestin (1993) propôs uma análise sobre o exercício do poder a partir de uma sintaxe linguística (letra maiúscula e letra minúscula), garantindo uma separação entre o “Poder” (visível e identificável) e o “poder” (insidioso e perigoso).

A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder”. Mas o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexo que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável. [...] Porém o mais perigoso é aquele que não se vê, ou que não se vê, mas porque acreditou tê-lo derrotado, condenando-o a prisão domiciliar. [...] Desde então, o poder torna-se perene, pois não é mais visível, é consubstancial com todas as relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 52)

Não por acaso, o controle exercido sobre os moradores dos ERPFs, em ambas as cidades pesquisadas, não foi percebido explicitamente pelos moradores entrevistados, sendo constatado de forma implícita, a partir da descrição de sua rotina cotidiana. Quando perguntamos aos entrevistados⁶ se eles se sentem controlados em seus respectivos residenciais, obtivemos um percentual de 76% de respostas negativas, embora suas descrições revelem o contrário, o que interpretamos como naturalização de tal controle.

[O senhor acha que morar em um espaço residencial multifamiliar, onde as

⁶ Ao longo da pesquisa foram realizadas 25 entrevistas com os moradores dos ERPFs, sendo 13 em Três Lagoas e 12 em Presidente Prudente.

residências são próximas umas das outras, o incomoda de algum jeito? Que lhe dá a sensação de que está sendo controlado/vigiado pelos outros vizinhos?] Na verdade quando vamos fazer alguma coisa em casa que não queremos que as outras pessoas vejam, nós fechamos as janelas, o resto não tem problemas. Você pode olhar, a maioria das casas fica com as janelas abertas, então acho que não nos sentimos controlados. (Miguel, 62 anos, contador, Residencial Espanha, Três Lagoas)

[A senhora acha que a proximidade das casas e seu padrão arquitetônico faz com que os moradores percam sua privacidade?] Quando eu me mudei para cá eu fiquei com receio de perder minha privacidade, **mas a gente acaba se acostumando**. Aqui era tudo aberto, se a gente ia para a cozinha, quem estava na rua via você lá, então é muito estranho. [A senhora acha que esta tipologia residencial, mais aberta permite àqueles que estão do lado de fora observar o que se acontece dentro da sua casa? Isso lhe dá uma sensação de controle?] Não sei, porque eu acho que quando estou dentro da minha casa, eu posso fazer o que eu quiser. [As cortinas da sua casa ficam sempre fechadas?] Sim, elas estão sempre fechadas. Principalmente à noite, de dia, a gente pode até abrir as cortinas, mas assim que anoitece é só ascender uma luz que quem passa pela rua vê tudo o que acontece dentro de casa. Tem também a molecada que fica brincando na garagem da gente. (Geni, 78 anos, cozinheira, Residencial Bela Vista, Presidente Prudente – grifo nosso)

As passagens acima demonstram claramente como o controle tem sido naturalizado no cotidiano dos moradores, os quais não percebem as mudanças em suas rotinas e a incorporação de novas práticas. A expressão empregada pela Senhora Geni (“mas a gente acaba se acostumando”) foi reproduzida inúmeras vezes por nossos entrevistados, mesmo aqueles que se diziam controlados em suas residências, o que nos permite compreender que as forças *panópticas* (objetivas e subjetivas) aplicadas sobre os moradores vão sendo diluídas em suas rotinas, suavizando os seus efeitos e, de certo modo, sendo aceitas.

Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (faustos dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. (FOUCAULT, 2006, p. 144)

Os moradores entrevistados que afirmaram sentirem-se controlados nos ERPFEs corresponderam a 24% dos entrevistados. A análise sobre as informações coletadas a respeito do controle no interior destes espaços de moradia nos possibilitou não apenas confirmar os pressupostos adotados no projeto de pesquisa, como também nos forneceram novos elementos para

pensar o controle sobre os cidadãos.

Uma relação direta entre o projeto arquitetônico dos ERPFEs e as formas de controle dos moradores foi observada pelo Senhor Valdir, morador do Residencial Esmeralda, em Presidente Prudente:

[O senhor acredita que a disposição arquitetônica das residências frente a frente possibilita um maior controle sobre os moradores?] É um programa que foi feito para isso, você entendeu? O governo⁷ pensou em fazer o seguinte, eu vou socializar essas pessoas, ele nos coloca frente a frente e existe aquele receio de que não podemos andar de cueca dentro de nossas casas, porque os demais vizinhos vão ver. Eles tiram a privacidade, te prendem dentro de suas casas, então isso força o pessoal a ter mais cautela. (Valdir, 42 anos, mecânico, Residencial Esmeralda, Presidente Prudente)

Com base no referencial teórico que fundamenta este artigo, verificamos que os elementos que estruturam o *panóptico* se apresentam nos ERPFEs por meio de estruturas que ajudam a dividir os moradores, distribuindo-os espacialmente de modo a educar os seus corpos e codificar o seu comportamento, a fim de torná-los pessoas dóceis e úteis. “Verifica-se assim, a passagem para uma arquitetura que não se propõe apenas a ser vista ou organizar um espaço exterior, mas funcionar como um operador ativo na transformação dos indivíduos e permitir seu controle articulado, fazendo que cheguem até eles os efeitos do poder” (CORTÉS, 2008, p. 45).

Na perspectiva da microescala do controle, encontramos nas entrevistas informações que nos permitem avançar sobre a relação entre o controle interno (no interior dos imóveis) e o controle externo (nas vias internas e áreas coletivas dos ERPFEs).

[O senhor se sente controlado morando aqui?] Me sinto sim, porque para a gente ter privacidade, nós precisamos nos fechar, se minha casa fosse cercada por muros, eu poderia mudar minha rotina aqui, poderia andar mais a vontade e não me preocupar tanto com o que faço aqui dentro. Hoje, se for fazer algo, tenho que fazer bem feito para não ser pego de surpresa, não é verdade? [risos]. Tem que ser bem fechadinho e um pouco da privacidade a gente perde sim. Isso por causa do tipo da construção que foi feita aqui. (Pereira, 35 anos, operador de máquina florestal, Residencial Alpha, Três Lagoas)

Eu acredito que impõe várias restrições, tem as que acabamos de falar de estarmos sempre com as nossas vidas expostas para a vizinhança de uma forma bem mais intensa do que em outras situações. Porque nas outras situações, você tem carros passando, ônibus passando, pessoas passando, outros tipos de distrações. Aqui não tem jeito, nós pegamos o carrinho do

⁷ O Residencial Esmeralda foi implantado em 2004, pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, sendo uma iniciativa pública.

bebê e andamos pelo condomínio e eu acabo ficando preocupado se estou incomodando as outras pessoas, porque a gente passa na frente da casa delas. Eu me preocupo com isso, mas não tem muito o que fazer, o que eu faço é andar sem ficar olhando para dentro das casas dos outros, porque se você olhar, você vê, porque não tem jeito, não é? (Gustavo, 48 anos, professor universitário, Residencial Eco Palace, Presidente Prudente)

Observamos um duplo movimento das formas de vigilância, que constroem tanto os moradores no interior de suas residências, quanto àqueles que se aventuram em uma caminhada descontraída pelo interior dos residenciais. O controle se potencializa apoiando-se na projeção tipológica dos ERPFEs e na materialização de elementos simbólicos que induzem os moradores a sentirem-se sob uma vigilância constante. Assim são compelidos a mudanças em suas práticas cotidianas. Esse duplo movimento pode ser lido enquanto uma forma de vigilância circulante a que os moradores dos ERPFEs são submetidos, compreendendo que “cada um, de acordo com seu lugar, é vigiado por todos ou por alguns outros; trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é uma soma de malevolências” (FOUCAULT, 2007, p. 220-221).

O aprofundamento na pesquisa empírica sobre o cotidiano dos moradores nos ERPFEs revelou formas de controle ainda mais intensas. As especificidades dos residenciais Esmeralda e Bela Vista, ambos incorporados em Presidente Prudente pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), exemplificam formas de controle externas. Devido ao fato dos moradores não terem o título de propriedade dos imóveis, por serem arrendatários da Caixa Econômica Federal (CEF), eles não podem (legalmente) administrar seus respectivos residenciais, sendo estes administrados pela *Mark in* imobiliária, empresa que ganhou a licitação aberta pela CEF para administrar todas as habitações implementadas pelo PAR na cidade.

A entrevista realizada com o Senhor Akira, proprietário da *Mark in* imobiliária, nos forneceu outros elementos sobre os objetivos do exercício desse controle externo sobre os moradores, como o controle sobre a adimplência dos arrendatários em relação à taxa condominial. De acordo com ele, nos primeiros anos (2006 e 2007) houve alguns pedidos judiciais de despejo, devido à falta de pagamento da taxa condominial, que por sua vez serviu de exemplo aos demais moradores, de que, se não pagarem, certamente seriam despejados dos imóveis, como de fato foram.

[A inadimplência refere-se ao pagamento das prestações do imóvel ou do condomínio?] São do condomínio, a imobiliária cuida disso, ela fiscaliza porque se dez moradores pagarem ela recebe uma, quanto mais pessoas pagarem naquele mês, maior será o valor recebido pela imobiliária, então ela corre atrás, ela aciona o departamento jurídico, ela manda

correspondência, ela envia ordem de despejo, ela corre atrás do morador. [Houve caso de despejo neste condomínio?] Sim, já tivemos moradores que foram despejados. Quando você for embora, vai passar por uma casa que parece que está abandonada, mas ela está na Justiça, os moradores não pagaram. (Valdir, 42 anos, mecânico, Residencial Esmeralda, Presidente Prudente)

Há também um controle sobre o endividamento familiar que, segundo o Senhor Akira, pode impor dificuldades ao pagamento do imóvel ou ao pagamento da taxa condominial. Uma estratégia para evitar o endividamento das famílias foi a proibição (inicialmente) da entrada de materiais de construção no residencial, como forma de coibir gastos com a reforma e ampliação das residências. Mas a proibição foi muito criticada pelos moradores, causando inúmeros transtornos para a imobiliária que propôs um acordo, permitindo a entrada de uma determinada quantidade de material de construção por unidade residencial.

[O senhor já fez trabalhos para muitos vizinhos?] Sim, daqui para baixo foi eu quem fez tudo, desde garagem até reformas maiores. [A imobiliária não interveio nas obras?] No começo sim, diziam que tínhamos que ter projeto, não deixava entrar material de construção, mas com o passar do tempo foi normalizando. (Bento, 77 anos, aposentado, Residencial Bela Vista, Presidente Prudente)

[Você está de acordo com as regras existentes neste condomínio?] Com algumas, sim. Em um condomínio fechado de alto padrão, quando você chega à portaria, o porteiro autoriza a pessoa a entrar com o material para mexer na reforma da sua casa, lá a portaria mesmo libera. Aqui não, nós temos que ir até a imobiliária, pedir uma requisição para poder entrar com o material. Isso é errado. (Acir, 48 anos, mestre de obras, Residencial Bela Vista, Presidente Prudente)

Outras formas de controle foram identificadas por alguns moradores, enquanto um modo de restrição de suas práticas, como a impossibilidade de saírem dos residenciais sem serem identificados pelos seguranças.

Tem outra restrição que eu sinto que é o controle sobre a saída dos moradores, **que por um lado parece ser bom, parece que tem a ver com a segurança interna.** No apartamento que eu morava antes, ninguém sabia se eu estava ou não estava em casa. [Para sair o senhor tem que avisar na portaria?] Não, mas eu não tenho o controle do portão, eu tenho que ser autorizado pelo porteiro, para sair ou para entrar. Todas as vezes que eu chego à portaria, eu abaixo o vidro do carro e me identifico, me identifico assim, mostro o meu rosto, então, eu sinto que sou policiado neste sentido, **mas não vejo nenhum problema também.** (Gustavo, 48 anos, professor

universitário, Presidente Prudente – grifo nosso)

Mais uma vez, encontramos elementos que reiteram a naturalização do controle imposto aos moradores dos ERPFEs. Embora esse controle seja um incômodo para o morador entrevistado, ele se pauta em uma justificativa (“parece ser bom, parece que tem a ver com a segurança interna”) que está diretamente relacionada à segurança que, para Haesbaert (2014), é uma tendência na sociedade contemporânea. Isso, por sua vez, autoriza a prática de técnicas disciplinares constrangedoras, assim “não há problemas em sua execução”.

Para além da identificação do controle estatal (através do PAR) sobre os moradores dos ERPFEs, reconhecemos outros sujeitos envolvidos neste processo. A produção de um *habitus*⁸ condominial, ou seja, de um modelo de conduta exigido para se conviver no interior dos espaços residenciais fechados (elitizados ou populares) nos permite identificar, em um primeiro momento, o exercício de um autocontrole, estimulado pelos próprios moradores através da imposição de regras específicas de convivência. Mas procuramos ir além, discutindo a hipótese de que o controle voltado aos moradores dos ERPFEs também tem sua aceitação vinculada à ascensão social, de modo que se comportem como classe média. Não por acaso, inúmeros entrevistados apresentaram como justificativa aos problemas de convivência a falta de experiência dos moradores ao modo de vida condominial, reforçando a necessidade da sua adequação a este novo modo de vida.

4. Considerações finais

Partindo do pressuposto de que a sociedade atual é mais *benthamiana* do que *beccariana* (FOUCAULT, 2007), a pesquisa que desenvolvemos em nível de doutorado demonstrou que vivemos em uma sociedade caracterizada pelo controle biopolítico das massas, cuja justificativa para a intensificação e direcionamento do controle a determinadas classes sociais se faz através do discurso da insegurança, tal como demonstrou Haesbaert (2014). Não obstante, a pesquisa também demonstrou que a organização espacial (ou sua reorganização) assume outra funcionalidade, de modo a privilegiar as novas formas de controle social, garantindo a manutenção das relações de poder. A produção do espaço urbano se concretiza como parte desse processo no âmbito do qual a produção residencial desempenha papel estratégico, o que justifica a atenção que a ela direcionamos.

Em sentido amplo, a intensa produção/reprodução das cidades tem tornado os espaços cada

⁸ Formulado a partir da proposta conceitual de Bourdieu (2007).

vez menos reconhecíveis, incorrendo no processo de estranhamento à cidade. O consumo dos espaços das cidades se dá, mais intensamente, por intermédio do automóvel. As ruas são vias de acesso e não meios pelos quais se conhece a cidade, o que causa prejuízos ao contato social. Com a mesma intensidade, os espaços públicos são ressignificados, associados a espaços perigosos devido à possibilidade do encontro espontâneo de pessoas de classes sociais distintas, incorrendo em sua desvalorização. Todos esses processos têm conduzido os cidadãos a tomadas de decisões marcadamente individuais.

No que se refere às formas de controle social em suas múltiplas escalas (intraurbana e microescalar), a atenção aos problemas cotidianos vivenciados pelos moradores dos espaços residenciais populares fechados nos levou a identificação de resistências que se manifestam, sobretudo, como transgressões a regras, que implicam na potencialização dos conflitos entre vizinhos, reforçando os pressupostos de que os espaços fortemente demarcados por mecanismos disciplinares não se caracterizam enquanto espaços ideais para a promoção da sociabilidade. A naturalização do controle não elimina a tensão que acaba por afetar tais relações.

5. Referências

BATISTA, Ricardo Lopes. **Produção do espaço urbano e controle social:** os espaços residenciais populares fechados como novo modelo de moradia. 2015. 241 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente.

BAUDRILLARD, J. **Sociedade de Consumo.** São Paulo: Elfos, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 7-99.

BENTHAM, Jeremy. Panóptico – Memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.7, n.14, p. 199–229, mar./ago. 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidades de muro:** crime, segregação e cidadania em São Paulo: 34 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAPEL, Horácio. **La morfología de las ciudades – II Aedes facere:** técnica, cultura y classe social en la construcción de edificios. Barcelona: Del Serbal, 2005.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur edições, 2007.

_____. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CATALÃO, Igor de França. **Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba.** 2013. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social.** São Paulo: Editora Senac, 2008.

CURBET, Jaume. **Conflictos globales, violencias locales.** Quito: FLACSO, 2007.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Territórios de autosegregação e de segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos.** 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente.

DAMMERT, Lucía. **Perspectivas y dilemas de la seguridad ciudadana en América Latina.** Quito: Flacso, 2007.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles.** [Trad. Marco Rocha e Renato Guiar]. São Paulo: Boitempo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** [Trad. Raquel Ramallete] – 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Microfísica do poder.** 23 ed. [Trad. Roberto Machado]. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **Segurança, território, população** (Curso no Collège de France, 1977). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica** (Curso no Collège de France, 1977). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GÓES, Eda Maria e SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A insegurança e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras. In: **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica.** Barcelona, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LINDÓN, Alícia. El mito de la casa propia y las formas de habitar. **Scripta Nova.** Barcelona, v. IX, n. 194 (20), agosto, 2005.

_____. La casa búnker y la desconstrucción de la ciudad. **Revista LiminaR. Estudios sociales y humanísticos.** México, año 4, v. IV, n. 2, p. 18-35, diciembre, 2006.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH.** Salvador, v. 23, n. 59, p. 208-300, mai/ago, 2010.

MAIA, Antonio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social: Rev. Sociol. USP.** São Paulo, p. 83-103, outubro, 1995.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SOBARZO, Oscar Miño. **Os espaços da sociabilidade segmentada:** a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2004. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente.

SPOSITO, Maria encarnação Beltrão e GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades:** insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

Recebido em 03/07/2015

Aceito em 18/09/2015